

PT notícias



Jornal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

ANO II Nº 76
De 2 a 15 de novembro de 1998

União contra o pacote fiscal

Leopoldo Silva



Seis governadores da oposição recém-eleitos reúnem-se para estudar alternativas ao pacote fiscal anunciado pelo governo

Os seis governadores de Estado eleitos por partidos de oposição formalizaram no dia 29, em Brasília, reação ao pacote fiscal anunciado quarta-feira pelo governo.

Os petistas Jorge Viana (AC), Olívio Dutra (RS) e Zeca do PT (MS); o pedetista Anthony Garotinho (RJ); mais Ronaldo Lessa (AL) e João Capiberibe (AP), ambos do PSB; se uniram não apenas para criticar as medidas governistas, como para dar início à elaboração de propostas alternativas para enfrentar a crise.

Eles condenaram o fato de a proposta exigir de Estados e municípios sacrifício maior do

que o destinado à esfera federal. No entanto, ressaltaram em coro os governadores, a crise não foi provocada pelos Estados, e sim pela política econômica do governo federal.

Na reunião de trabalho realizada pela manhã, governadores e lideranças partidárias decidiram criar um fórum permanente de discussão.

Por meio dessa instância serão analisados os rumos do país a partir da política econômica do governo e formuladas propostas alternativas contra a crise econômica.

Lideranças

O encontro teve a

participação de lideranças nacionais do PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS (estava presente o líder na Câmara, Sérgio Arouca, do RJ) e PMDB (o deputado Zaire Resende, político próximo ao governador eleito de Minas Gerais, Itamar Franco). O petista Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, do PDT, também compareceram.

Lula resumiu a indignação dos opositores: "O governo está muito mais próximo de Washington (onde fica a sede do Fundo Monetário Internacional) do que dos Estados brasileiros e do Congresso Nacional".

Para Lula, o Planalto demonstrou insensibilidade ao ignorar os governadores nas discussões acerca do pacote, apesar de os Estados serem os mais penalizados pelas medidas.

Ajustes

Anthony Garotinho (RJ) condensou as sugestões de oposição eleitos para os próximos quatro anos.

Entre as medidas propostas estão ajustes na Lei Kandir, que desonera bens semi-elaborados para exportação, e na Lei Camata, que limita em 60% o gasto orçamentário com pagamento de pessoal.

"Precisamos de critérios claros de compensação das perdas estaduais impostas pela Lei Kandir, que hoje são políticos; e precisamos retirar aposentados e pensionistas do cálculo para atingir o limite da Lei Camata", afirmou Garotinho.

Os governadores querem ainda tirar os funcionários dos poderes Legislativo e Judiciário da folha funcional, e a criação de um fundo previdenciário, ao qual seriam restituídos os recursos pagos à Previdência Social por funcionários aposentados remunerados integralmente por Estados e municípios.

Grupo

O grupo político de governadores de oposição, consolidado no fórum realizado no dia 29, pretende reunir-se esta semana com seus colegas eleitos ou reeleitos por partidos aliados ao governo Fernando Henrique Cardoso.

A intenção é realizar uma "grande mobilização para impedir a aprovação das medidas no Congresso".

Os líderes oposicionistas avaliam que o pacote prejudica todos os Estados e, conseqüentemente, os municípios.

O governador eleito de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), por exemplo, já comunicou sua insatisfação com as medidas anunciadas.

Problemas

Os seis governadores de oposição recém-eleitos apresentaram a lideranças de oposição em Brasília os motivos que os levam a temer pela governabilidade de seus Estados nos próximos anos.

RS - O futuro governador gaúcho Olívio Dutra (PT) teceu duras críticas ao pacote governista. "Ele pisoteia ainda mais sobre o pacto federativo. Precisamos ganhar autoridade diante do governo federal para

descentralizar o poder", afirmou Dutra.

RJ - Para Anthony Garotinho (PDT), governador eleito do Rio de Janeiro, o fórum deve ser ampliado para "todos os Estados e todos os municípios. Isso porque, de acordo com o pacote, a conta que eles terão que pagar é superior à do governo federal".

AC - Na opinião de Jorge Viana (PT), governador eleito do Acre, o fórum deve resistir ao que é errado e contruir caminhos adequados à realidade. "O Brasil precisa menos de economistas e mais de sociólogos, unindo sociedade civil, Congresso, governadores e prefeitos.

AL - Ronaldo Lessa (PSB), eleito governador de Alagoas, foi contundente: "Este fórum é permanente e não pode ser agendado, mas ditar sua própria agenda para mostrar que temos alternativas para o país".

MS - Para Zeca do PT, governador eleito do Mato Grosso do Sul, o pacote fiscal pode aprofundar a crítica situação em que se encontra seu Estado. "Temos a segunda maior renda per capita do país e o maior rebanho bovino, mas 500 mil dos menos de 2 milhões de habitantes passam necessidades."

Vitórias no 2º turno fortalecem oposição

O balanço que pode ser feito com o término das apurações do segundo turno das eleições é o de que a oposição saiu do pleito vitoriosa. Os candidatos dos partidos de esquerda foram eleitos governadores no Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No Distrito Federal o resultado final deu vitória ao candidato do PMDB, Joaquim Roriz, que concorreu com o governador petista Cristovam Buarque. A "dor política" dos apoiadores e simpatizantes é a maior já vivida na capital federal. E ainda parece inacreditável a derrota. Mas temos motivos para comemorar, apesar das tristezas. E o começo foi ainda no primeiro turno, com a vitória de Jorge Viana para o governo do Acre. O Partido dos Trabalhadores elegeu, também, os governadores do Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, no segundo turno.

Mato Grosso do Sul

Foi folgada a vitória de Zeca do PT. Ele recebeu 548.040 votos, 61,27% do total, contra 346.466, ou 38,73%, de Ricardo Bacha (PSDB). Havia um sentimento de mudança no Estado, avaliado a coordenação da campanha de Zeca, que já anunciou como será seu governo: "de justiça e de paz".

O candidato governista, Ricardo Bacha, tentou inviabilizar a eleição, já que temia a derrota. Seus assessores foram para o rádio e a TV na manhã de domingo e disseram que o pleito estava suspenso, e que por isso não havia necessidade de os eleitores irem votar.

O presidente do TRE do Mato Grosso do Sul, Rêmulo

Leteriello, foi obrigado a se pronunciar, chamando o candidato de inseqüente. Por volta das 16h, a sede regional do PT, em Campo Grande, foi arrombada. Entraram no escritório e vários documentos chegaram a ser destruídos. A Polícia Federal está investigando a autoria do crime.

Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul a vitória foi de Olívio Dutra. O petista elegeu-se governador com 2.844.767 votos, 50,78% do total. Antônio Britto (PMDB) obteve 49,22% dos votos, exatamente 2.757.401.

A primeira medida de Olívio como governador eleito foi designar seu vice, o deputado fe-

deral Miguel Rosseto, como representante do PT para fazer a transição com o governador em exercício, Vicente Bogo (PSDB), incumbido dessa tarefa na noite de domingo por Antônio Britto.

Ele disse ainda que sua campanha "despertou a cidadania para a implantação de um governo de transformação econômica e social".

Rio de Janeiro

Anthony Garotinho, do PDT, que tem a senadora petista Benedita da Silva como vice, venceu a eleição no Rio de Janeiro. Foram 4.259.344 votos, 57,98% do total. César Maia, do PFL, recebeu 3.087.117 votos, ou 42,02%.

A senadora deve assumir a futura Coordenação de Promoção Social, anunciou Garotinho, que já declarou sua disposição em convidar outras lideranças petistas para assumirem secretarias em seu governo.

Antes de abandonar o Senado, Benedita pretende aprovar propostas no Orçamento favoráveis ao Rio de Janeiro.

Amapá

O Amapá continuará nos próximos quatro anos sendo governado por João Capiberibe, do PSB. Ele foi reeleito com 93.680 votos, 53,59% do total. Waldez Góes, do PDT, recebeu 81.122,

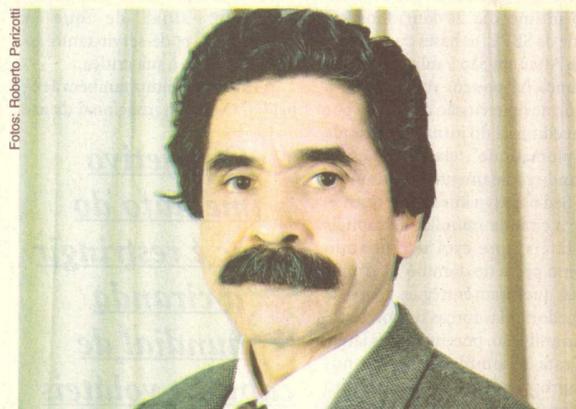
exatamente 46,41%.

A petista Maria Dalva de Souza Figueiredo será a nova vice-governadora do Amapá. Na composição da coligação coube à petista a vaga de vice na campanha à reeleição de Capiberibe.

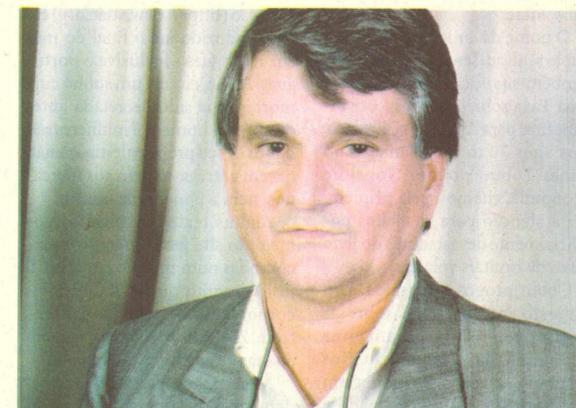
Governadores eleitos

Acre: Jorge Viana (PT); Alagoas: Ronaldo Lessa (PSB); Amazonas: Amazonino Mendes (PSB); Amapá: João Capiberibe (PSB); Bahia: César Borges (PFL); Ceará: Tasso Jereissati (PSDB); Distrito Federal: Joaquim Roriz (PMDB); Espírito Santo: José Ignácio (PSDB); Goiás: Marconi Perillo (PSDB); Maranhão: Roseana Sarney (PFL); Minas Gerais: Itamar Franco (PMDB); Mato Grosso do Sul: Zeca do PT (PT); Mato Grosso: Dante de Oliveira (PSDB); Paraíba: José Maranhão (PMDB); Pernambuco: Jarbas Vasconcellos (PMDB); Piauí: Mão Santa (PMDB); Paraná: Jaime Lerner (PFL); Rio de Janeiro: Anthony Garotinho (PDT); Rio Grande do Norte: Garibaldi Alves Filho (PMDB); Rondônia: José Bianco (PFL); Roraima: Neudo Campos (PPB); Rio Grande do Sul: Olívio Dutra (PT); Santa Catarina: Esperidião Amin (PPB); Sergipe: Albano Franco (PSDB); São Paulo: Mário Covas (PSDB); Tocantins: Siqueira Campos (PFL).

Fotos: Roberto Parizotti



Olívio Dutra, governador petista do Rio Grande do Sul, eleito em 2º turno



Zeca do PT foi eleito governador do MS com mais de 60% dos votos



Jorge Viana, o único governador petista (Acre) eleito em primeiro turno

RECADADO

Urnas fazem da oposição nova alternativa



Jorge Mariano

Capiberibe no Amapá e de Itamar Franco em Minas Gerais sinalizam um voto de oposição.

Mesmo em São Paulo, Mário Covas necessitou do apoio da esquerda para ganhar. Sem ela, não teria vencido Paulo Maluf.

É verdade que amargamos a derrota de Cristovam Buarque no Distrito Federal. Mas, no geral, o resultado do segundo turno foi uma vitória política da oposição.

O país votou de forma progressista. Isso apesar do uso da máquina, do apoio da mídia e da manipulação de pesquisas, novamente, como ocorreu no primeiro turno.

No Mato Grosso do Sul, as pesquisas desapareceram no segundo turno, já que iriam beneficiar Zeca do PT (no primeiro turno foram amplamente divulgadas, porque beneficiavam Bacha, do PSDB).

No Rio Grande do Sul houve até uma apreensão do jornal "Zero Hora", pela Justiça Eleitoral, por propaganda ilegal do presidente da República, apoiando Antônio Britto. Além disso, as pesquisas

também foram instrumento de manipulação no Estado.

Repetimos: o país votou de forma progressista. Apesar do terrorismo, da boataria, da tentativa de desestabilização das candidaturas de Olívio e Zeca, elas triunfaram. Venceu, na verdade, um voto de reprovação à política econômica de Fernando Henrique Cardoso.

Em alguns casos, como em Campo Grande, o eleitor desforçou a fraude de 96. Zeca do PT obteve dois terços dos votos na capital do Mato Grosso do Sul.

Há um novo equilíbrio no país, com seis governadores de oposição. O governo federal perdeu a eleição no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Com esses governadores, uma bancada de senadores e deputados significativa, nós temos pela frente o pacote do governo. Fernando Henrique Cardoso e sua equipe econômica, apoiados principalmente pelo capital financeiro e pelas grandes empresas multinacionais, insistem no cami-

nho já condenado de aumentar juros, cortar gastos, manter a abertura comercial. Agora, com novos impostos. Fórmula essa já aplicada em 95 e em 97, sem resultados positivos.

No empresariado, os primeiros sinais de dissidência começam a aparecer. A Abimaq e o Sindimaq publicaram, no último dia 27, nos jornais, um manifesto no qual condenam a política e o modelo econômico atuais. Na Fiesp, já se levantam vozes discordantes. Tudo indica que o governo não terá maioria para aprovar o pacote.

A chantagem já está montada. Por um lado, o presidente da República apela para o espírito nacional. Por outro, procura cooptar a oposição com um suposto diálogo,

que na verdade significa adesão às suas propostas, mesmo com ele mantendo seu discurso de descredenciamento e deslegitimação das oposições.

Para FHC, diálogo é adesão. Para nós, diálogo é a discussão de propostas, principalmente com a sociedade, com o país.

Temos o programa de governo de Lula, que serve tanto para ser governo quanto para ser oposição. Ele agora nos guiará na oposição ao projeto de Fernando Henrique Cardoso.

Junto com nossas bancadas e governadores, vamos apresentar ao país uma proposta alternativa e não vamos aceitar o pacote do FMI. Na prática, o governo perdeu a autonomia e a soberania. A política

econômica do Brasil está sendo discutida em Washington e no FMI.

O país precisa de novas propostas e elas são da oposição. Lula e Brizola vão se reunir com os governadores recém-eleitos. Nossa bancada vai apresentar projetos alternativos. E cabe a nós, do PT, das esquerdas, da CUT, do MST, mobilizar a sociedade para travarmos mais essa batalha: qual é a saída da crise na qual Fernando Henrique nos colocou.

Com o mandato expressivo e afirmativo das urnas, o PT e as esquerdas têm o dever de dar ao país um novo rumo. Podemos dizer, sem dúvida, que saímos vitoriosos do segundo turno, e estamos credenciados, novamente, para sermos uma alternativa.

O Brasil falou no segundo turno, e falou pela voz da esquerda e das oposições.

Cabe a nós estarmos à altura do momento político que vivemos.

José Dirceu
Presidente nacional do PT

ARTIGOS

Ao Attac, pela democracia

Nenhuma imagem é melhor do que a angústia do Brasil pós-eleição para mostrar a que ponto o neoliberalismo aprisionou as nações e as sociedades. Passado o 4 de outubro, os olhos do país não estão em Brasília, mas em Washington.

Os ministros não comparecem ao Parlamento, esperam a compreensão do FMI e do G7. O presidente não debate com a nação, sinaliza aos mercados. A sociedade não confia em suas próprias forças: torce para que o saldo cambial de cada novo dia indique que foi possível adiar mais um pouco a fase dramática da crise.

Para a utopia indispensável de enfrentar esta impotência social, no último dia 20 lançamos, na sede da SBPC, as bases da Associação Attac em São Paulo. Criada na França há poucos meses, após a enorme repercussão alcançada por um editorial do jornal "Le Monde Diplomatique", ela está se espalhando rapidamente pelo mundo.

Seu objetivo imediato é restringir a ciranda mundial de capitais voláteis, que está derrubando como peças de dominó as economias que foram entregues à suposta sabedoria das forças do mercado. Sua ambição, porém, é mais larga. "Trata-se simplesmente de nos reapropriarmos, juntos, do futuro de nosso mundo", diz o manifesto que lançou em escala internacional o Attac.

O nome da entidade revela, em duplo sentido, seus objetivos. Attac também significa Associação por uma Taxa sobre as Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos. Nos anos 70, o norte-americano James Tobin, prêmio Nobel de Economia, chamou pela primeira vez a atenção para os efeitos potencialmente devastadores do livre fluxo de capitais voláteis.

Tobin propôs uma saída. Um imposto internacional sobre as transações financeiras desestimularia a especulação. E os recursos arrecadados poderiam constituir um fundo destinado a combater a miséria.

A racionalidade evidente da ideia de Tobin levou-o a acreditar que os próprios organismos financeiros internacionais assumiriam a proposta, o que jamais ocorreu. Desprezada por um sistema que

transformou a liberdade do dinheiro em seu valor moral mais precioso, a bandeira está sendo abraçada pelos movimentos sociais.

O manifesto de lançamento do Attac lembra que, mesmo a uma alíquota de apenas 0,05%, a chamada Taxa Tobin reuniria cerca de US\$ 100 bilhões por ano. E o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano da ONU informou em 1997 que a soma seria suficiente para erradicar a pobreza extrema no planeta até o início do próximo século.

Partidário de uma tese justa e facilmente compreensível, o Attac reuniu, em poucos meses, milhares de aderentes na França. A chama está se espalhando pelo mundo, num sinal de que a globalização pode servir tanto ao capital quanto à sua crítica.

A Internet conduz também à rebeldia. O site internacional da as-

O objetivo imediato do Attac é restringir a ciranda mundial de capitais voláteis

sociação (<http://www.attac.org>) estará traduzido até o final do mês em 11 línguas - inclusive o português. Por lá, circula um sonho cuja morte havia sido decretada antes da hora: os homens e mulheres são donos de seu próprio destino; e não devem entregá-lo nem aos mercados, nem a poderes ilegítimos.

Alguns textos divulgados por meio do site fazem perguntas incômodas num mundo em crise. É justo permitir que as 200 maiores corporações do planeta concentrem 28% do PIB e empreguem apenas 1% da força de trabalho?

Merece ser preservada uma ordem mundial que entrega a 447 bilionários renda equivalente à de metade dos habitantes da terra? Até quando os 60% mais pobres da população global aceitarão viver com menos de 2 dólares por dia?

Ao invés de elevar juros e eliminar direitos, como recomenda

em toda parte o FMI, a melhor saída para reanimar as economias não está em redistribuir a riqueza?

São dúvidas que movem multidões - porque o objetivo do Attac não é apenas compreender o mundo, mas transformá-lo. Na Europa, a associação organiza-se por meio de grupos locais, que se lançam a uma nova militância.

Uma das metas imediatas é evitar a aprovação do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). Negociado secretamente pela OCDE, que reúne tecnocratas designados pelos governos dos 32 países mais ricos do planeta, o acordo é um sinal de que a "Nova Ordem" ameaça a própria democracia.

Se aprovado, irá converter-se numa lei internacional não debatida, porém mais forte do que as legislações aprovadas pelas sociedades. Os países que o subscreverem ficarão proibidos, entre outras restrições, de adotar normas sobre direitos sociais, proteção ao trabalho, ambiente e defesa da empresa nacional, sempre que tais regras possam prejudicar interesses das corporações transnacionais.

No Brasil, esses riscos foram apontados num "Alerta à Nação" didático, lançado em forma de livreto por entidades como a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, a ABI e a OAB, mas igualmente desprezado pela mídia.

Derrotado em maio, graças a uma mobilização social que levou diversos parlamentos da OCDE a recusá-lo, o AMI voltou à pauta da organização, sediada em Paris, em 20 de outubro. Uma grande manifestação de rua, convocada entre outros pelo Attac, voltou a dizer que as sociedades o rejeitam.

Há 30 anos, a Faculdade de Filosofia da USP, então situada na rua Maria Antonia, foi um dos símbolos da luta por um país melhor. Ao marcarmos para o mesmo local a reunião que lançou a ideia do Attac em São Paulo, não quisemos apenas prestar uma homenagem àquela luta. Quisemos dizer que ela não acabou.

No instante em que o governo se prepara para abrir de novo seu "saco de maldades", é preciso recriar a alternativa da solidariedade e da soberania popular. Vamos fazê-lo juntos. Vamos ao Attac!

Francisco Whitaker
Secretário executivo da
Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP)

Joaquim Ernesto Palhares
Presidente do Instituto
Brasileiro de Política e Direito
Bancário e Financeiro (IBDB)

Caro Lula

Um dos maiores problemas de nosso tempo é o ar de normalidade que envolve pequenos e grandes crimes. Pensando bem, quem dá esse ar, na verdade, é nosso olhar sobre as coisas.

Os programas de TV concorrem para ver quem explora mais e com maiores detalhes as tragédias humanas. A overdose anestesia. No espetáculo não cabe perguntar por que é assim e que sistema produz isso tudo. Seria como revelar o truque da mágica. Os ilusionistas seguem seu trabalho. E tudo vira normal.

Com tristeza, meu caro companheiro, vejo que as eleições transformaram-se em parte desse grande show. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral diz que a reeleição do presidente Fernando Henrique é imprescindível. Normal. As pesquisas erram, ajudam os de sempre e depois usam os jornais que a contratam (ou do mesmo grupo empresarial) para dizer que acertavam. Normal. O presidente diz que os juros não podem subir mais e que não vai haver pacote. Os juros sobem e lá vem pacote. Pode haver algo mais normal?

A lógica perversa desse teatro do absurdo é transformar a visão

crítica em anormal. Coisa de gente inconformada, perdedora, radical, impatriótica e outros tantos adjetivos que fazem parecer verdadeiros ETs quem simplesmente pensa diferente.

Porém, é normal o que deveria ser contraditório: um homem do povo, trabalhador, retirante nordestino, como você, que conhece os problemas

Nosso Partido dos Trabalhadores, nascido contra a maré, continua a navegar firme

de cada canto deste país como a palma de sua mão calejada, nasceu para ser governado, não para governar.

Em nome da democracia constrói-se uma ditadura sofisticada, tecnológica, que reúne mídia e elites econômicas em torno de um pensamento único, imposto a uma massa de eleitores-espectadores.

O medo de mudar vira normal e, para mim, meu caro Lula, talvez seja

a maior das tragédias para nossa espécie, pelo risco de fazê-la voltar a andar curvada.

Contudo, e apesar de tudo, prezado amigo, para desespero dessas elites, continuamos crescendo. Nosso Partido dos Trabalhadores, nascido contra a maré, continua a navegar firme.

Fizemos uma campanha esclarecedora, mostramos o que o governo escondeu, alertamos sobre a crise que vai aumentar o desemprego e a miséria.

Do ponto de vista político, considero-a vencedora, pois não apenas resistimos, mas avançamos sobre a lógica dominante. Tenho certeza de que há um número maior de cidadãos e cidadãs com maior consciência e capacidade de diferenciar os que têm um projeto de nação livre, democrática e solidária, daqueles que a entregam de mão beijada aos especuladores.

É certo que ainda temos muito a caminhar e a conquistar. Mas, justamente por isso, por esse desafio, vale a pena continuarmos nossa luta, para que um dia ninguém tenha medo de ser feliz.

Carlito Merss
Deputado federal eleito (PT/SC)

CARTAS

Resistência

Minha cara Vera Bueno, Acabo de curtir o jornal PTnotícias número 73! Gostei muitíssimo.

Sinto-me, com a sua leitura, mais politizado, enriquecido, fortalecido, preparado para a luta revolucionária que teremos de enfrentar!

Legais os artigos de José Dirceu e do Frei Betto!! Infelizmente, o presidente Fernando Henrique Cardoso se reelegeu e, o que é pior, no primeiro turno, como em 94.

Também "caímos" no Espírito Santo e em Pernambuco. Porém, a União do Povo-Muda Brasil faturou em Alagoas!!! Sim, a terra do bandido "collorido"! E mais: ganhamos aqui no Rio, lá no Rio Grande do Sul, no Amapá. Em Sampa, chegamos pertinho!! É certo que no Distrito Federal o safado do Roriz "passou a perna" no governador Buarque, o que é lamentável! Em Minas, o Itamar pode até, acredito, se tornar um importante aliado na resistência democrática ao governo reacionário e direitista de FHC.

Fernando Costa de Paula
Petrópolis (RJ)

A luta continua

Companheiro Ozeas Duarte, No momento, estou constangido com a não-inda do Lula ao segundo turno. Mas quem perdeu não foi o PT, foi o povo brasileiro.

O governo federal de FHC e ACM manipularam as eleições e os institutos de pesquisa prejudicaram as candidaturas de Lula a presidente, de Marta Suplicy e outros candidatos de partidos da esquerda. Mas, no segundo turno, ganhamos no Rio Grande do Sul, com o candidato do PT, Olívio Dutra; e no Rio de Janeiro, com o candidato do PDT, Anthony Garotinho. Vencemos também no Mato Grosso do Sul, com Zeca do PT; e no Amapá, com Capiberibe, do PSB. Que o PT saia fortalecido e que, em 1999, possamos renovar nossos diretórios municipais, regionais e o nacional, para podermos organizar a classe trabalhadora e os desempregados contra a política neoliberal de FHC.

Ao mesmo tempo, como filiado e como admirador, e pelo desempenho como candidata a governadora de São Paulo, aponto o nome da primeira mulher a presidir o Diretório Nacional do PT, Marta Suplicy, que deve também concorrer a prefeita de São Paulo. Gostaria de receber o PTnotícias com os resultados e o desempenho do PT nas eleições, além do mapa dos eleitos e as avaliações.

Continuaremos na luta!

João Afonso Nunes da Cunha
Oeiras (PI)

PTnotícias

Jornal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Vera Bueno de Azevedo
MTB 17687

REDAÇÃO
Vera Bueno de Azevedo,
Fernanda Estima e Flávio Faria

ADMINISTRAÇÃO
Ricardo Bimbo e
Sonia M. N. Pedrosa

DIAGRAMAÇÃO
Jorge Mariano

ILUSTRAÇÕES
Hércules Santos

SEDE
Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP
CEP 01019-000
Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1300
e-mail: comunic@pt.org.br
Tiragem: 12.000 exemplares
Fotolitos: Donigraph
Impressão: Artgraf

INTERNACIONAL

Encontro discute rumos da América Latina e Caribe

Entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro realiza-se o VIII Encontro dos Partidos latino-americanos e caribenhos do Foro de São Paulo, na Cidade do México. O tema a ser tratado é "Os rumos da esquerda frente ao novo milênio".

A delegação petista presente ao encontro é composta por Marco Aurélio Garcia, secretário de Relações Internacionais do PT; Ana Stuart, assessora da secretaria; e pelos deputados federais Joana D'Arc Guimarães (MG) e Arlindo Chinaglia (SP), que também é secretário geral do PT.

Ao final do encontro, será feita uma declaração conjunta dos representantes dos partidos participantes, com resoluções que determinarão as próximas atividades do grupo.

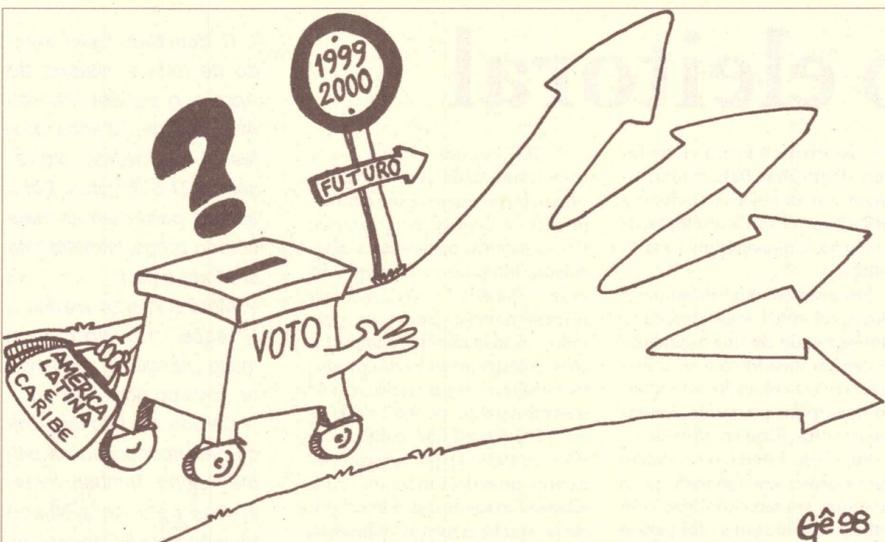
Seguem partes do texto elaborado por uma comissão de integrantes do Foro de São Paulo:

O encontro está se dando em meio a um agitado contexto internacional. Na maior parte do mundo, acabou a euforia neoliberal. Os últimos acontecimentos (crises econômicas em vários países) revelam a inconsistência desse modelo político e econômico e deixam clara a crise estrutural que o capitalismo sofre atualmente.

As turbulências dos mercados financeiros, com as crises do Sudeste Asiático, no ano passado, e a da Rússia, a partir do segundo semestre deste ano, deixaram um saldo negativo para as economias dos países da América Latina e do Caribe.

Isto evidencia o fracasso dos modelos econômicos centrados na busca da estabilidade monetária a qualquer custo, impostos pelo Fundo Monetário Internacional e outros organismos mundiais, com a concordância dos governos nacionais.

No Sudeste Asiático, como na Rússia, essas políticas não foram capazes nem sequer de alcançar seu objetivo fundamental - a defesa da moeda nacional - que foi golpeada por fortes ataques especulativos. Como consequência imediata, essas economias foram lançadas numa profunda recessão, com dramáticas consequências sociais. Esse cenário se anuncia como iminente para os países da América Latina e Caribe.



A queda das Bolsas em todo o mundo nos últimos tempos tem nos trazido uma mensagem clara e precisa: a globalização financeira tem tornado mais agudas as consequências perversas das políticas neoliberais para nossos povos.

Forças progressistas

Depois de vários anos de hegemonia política e ideológica desse modelo, hoje em dia é possível constatar aquilo que o Foro de São Paulo vem anunciando desde o primeiro encontro, em 1990.

As lutas populares, democráticas e sociais em nossa região e o ascendente respaldo dos cidadãos às forças progressistas e de esquerda em muitos países do Continente também são evidências desta nova realidade.

Os governos neoliberais, apesar disso, insistem em levar adiante seus projetos de ajuste baseados na sobrevalorização cambial, nas altas taxas de juros e na abertura irresponsável de suas fronteiras, baseados na concepção de que o livre mercado constitui "o único caminho possível", sem importar os custos sociais desse modelo.

Para cumprir seus objetivos, lançam planos de privatização indiscriminada, que liquidam um patrimônio nacional construído durante décadas, reduzem o papel do Estado na economia, cortam gastos sociais e aumentam a miséria e a exclusão.

Essas políticas de inserção subordinada à economia internacional têm um efeito destrutivo sobre a atividade produtiva nacional - causando um aumento insuportável do desemprego.

Apesar do alto custo social, essas políticas não são capazes nem sequer de garantir o que parece ser seu único objetivo: a estabilidade da moeda. Com esse efeito, o fantasma de uma nova onda inflacionária acompanha as crises das economias da região.

Avanços eleitorais

A América Latina e o Caribe são regiões de grande pobreza. Hoje, um em cada três latino-americanos vive na pobreza e 86 milhões de pessoas lutam para sobreviver com uma renda inferior a um dólar por dia.

A oposição crescente de amplos setores sociais ao neoliberalismo tem sido acompanhada de avanços eleitorais da esquerda em diversos países da região. Novos triunfos que têm permitido às forças progressistas a conquista de governos locais e regionais e a constituição de importantes bancadas parlamentares, aumentando o prestígio e o peso político das forças políticas que compõem o Foro de São Paulo, que nos últimos anos tem feito um esforço importante para amadurecer uma alternativa

programática ao modelo que impera em nossa região.

É necessário que nossas nações procurem acordos regionais para melhorar suas possibilidades de competição internacional. Esses agrupamentos não são homogêneos: em seu seio há diferenças que se manifestam por meio de contradições internas que, com frequência, comprometem os próprios processos de integração.

Crescimento

Mas, em que pesem os desequilíbrios e perigos, estamos crescendo. Isso exige políticas de desenvolvimento e de criação de empregos que incluam os milhões de excluídos, distribuam renda e aprofundem a democracia, por meio de uma maior participação popular, e façam as necessárias reformas do Estado.

A integração regional, que vem sendo o permanente objetivo da esquerda latino-americana e caribenha, deve ser concebida como um processo que defende e prioriza os direitos dos trabalhadores, apontando para a convergência e complementariedade econômica e social de nossos países, considerando os diversos níveis de desenvolvimento e a heterogeneidade existente na região.

As organizações integrantes do Foro de São Paulo têm delineado seus objetivos políticos, econômi-

cos e sociais. Esse desenvolvimento com justiça social pressupõe levar em conta as condições mundiais - que têm variado substancialmente nas últimas décadas -, conhecer profundamente a realidade de cada país e construir, a partir dessas realidades nacionais e internacionais, projetos coerentes com os princípios da esquerda, mas concebidos não como modelos definitivos, mas abertos, sujeitos à experimentação e modificação e impulsionados pelo componente fundamental que é a participação social.

Respeito

No atual contexto de reestruturação e globalização econômica, todo acordo de integração deve estar baseado no respeito aos direitos dos trabalhadores, ambientais, de gênero e de cultura, de respeito aos direitos dos povos índios. Deve conter normas tendentes a preservar os sistemas produtivos nacionais e regionais da competição predatória dos grandes monopólios industriais e da agroindústria.

Para isso, se deve fazer cumprir as leis trabalhistas e normas de seguridade social, os convênios ratificados com a OIT, incluídos os relativos à não-discriminação de gênero, direitos e cultura indígenas e proteção e cuidado com o meio ambiente. Enfim, devem ser contemplados os direitos humanos na sua mais ampla acepção.

Nesse caminho, temos que lutar por avanços eleitorais (locais, regionais e nacionais), por mudanças nas instituições vigentes, pela luta social organizada, de acordo com as estratégias e condições de cada país.

Até o ano 2000 haverá várias eleições na América Latina e no Caribe, onde a esquerda pode ter um papel importante: Venezuela, El Salvador, Haiti, Guatemala, Uruguai, Chile, Argentina, México, entre outros, são locais onde aumentará a responsabilidade da esquerda na condução de seus países, assim como a necessidade de aprofundar suas propostas alternativas, de forma a que elas atendam às aspirações democráticas e o anseio de liberdade de nossos povos.

O PT e a prisão de Pinochet

O Partido dos Trabalhadores manifesta seu júbilo pela prisão do ditador Augusto Pinochet pelas autoridades do Reino Unido.

Os crimes cometidos durante seu governo - o desaparecimento de pessoas, as torturas e os assassinatos - se enquadraram na categoria de delitos contra a Humanidade. A ação decidida dos juízes espanhóis na defesa dos Direitos Humanos e em respeito à memória dos cidadãos desaparecidos durante a ditadura chilena está conforme ao Direito internacional. Não cabe invocar a imunidade diplomática do general, que se encontrava no exterior em viagem privada.

O Partido dos Trabalhadores espera que o Governo Brasileiro apóie a iniciativa da Justiça espanhola e respalde a posição da Grã Bretanha de acatamento dos princípios do Direito Internacional na luta contra o ter-

rorismo de Estado e a impunidade em relação aos delitos de Lesa Humanidade.

A detenção de Pinochet para ser interrogado pela Justiça Espanhola já é uma sanção moral ao carrasco do povo chileno, que tem em seu ministro passivo a morte de quase uma dezena de cidadãos brasileiros durante o período em que governou seu país.

O PT manifesta sua solidariedade com os partidos políticos democráticos do Chile e evoca uma vez mais a memória de todos os que caíram naquele país lutando pela democracia e por uma sociedade mais justa.

José Dirceu de Oliveira e Silva
Presidente do PT

Marco Aurélio Garcia
Secretário de Relações Internacionais

COMO FICAM OS ESTADOS APÓS AS ELEIÇÕES DE 1998

ACRE
O ex-prefeito de Rio Branco, Jorge Viana (PT), é o novo governador do Estado, eleito no primeiro turno com 57,70% dos votos válidos. Tião Viana, também do PT, é o novo senador. Ele obteve 52,93% dos votos válidos. O PT elegeu dois deputados federais e três estaduais. A aliança no Estado foi formada por PT, PDT, PCdoB, PSB, PV e PPS.

ALAGOAS
O candidato da Frente de Oposição, Ronaldo Lessa, do PSB, foi eleito governador, com 58,09% dos votos válidos. Heloisa Helena, do PT, foi eleita senadora, com 55,92% dos votos válidos. O PT elegeu dois deputados estaduais. A aliança foi formada por PT, PPS, PCdoB, PDT, PV e PSB.

AMAPÁ
O novo governador é João Capiberibe, do PSB e da Frente de Oposição, que venceu no segundo turno com 53,59% dos votos válidos. José Sarney, do PMDB, foi eleito senador, com 59,31% dos votos válidos. O PT elegeu dois deputados estaduais. A aliança regional é composta por PT, PCdoB, PPS, PAN e PSB.

AMAZONAS
Amazonino Mendes, do PFL, é o novo governador eleito, com 51,07% dos votos válidos. Gilberto Mestrinho, do PMDB, foi eleito senador, com 49,86% dos votos válidos. O PT elegeu um deputado estadual. A Frente de Oposição foi composta por PT, PSB, PCdoB, PMN, PPS, PDT e PV.

BAHIA
César Borges, do PFL, foi eleito governador, com 69,91% dos votos válidos. O novo senador do Estado é Paulo Souto, também do PFL, com 73,24% dos votos válidos. O PT elegeu cinco deputados federais e seis estaduais. A aliança da oposição no Estado foi composta por PT, PCdoB, PAN e PCB.



CEARÁ
Tasso Jereissati, do PSDB, foi eleito governador, com 62,72% dos votos válidos. Luiz Pontes, também do PSDB, foi eleito senador, com 62,22% dos votos válidos. O PT elegeu um deputado federal e três estaduais. A aliança da oposição foi formada entre PT, PDT, PSB, PCdoB, PV e PCB.

DISTRITO FEDERAL
O novo governador, que ganhou no segundo turno, foi Joaquim Roriz, do PMDB, com 51,74% dos votos válidos. Ele venceu por pequena margem o petista Cristovam Buarque, atual governador. Luiz Estevão, do PMDB, foi eleito senador, com 47,76% dos votos válidos. O PT elegeu dois deputados federais e cinco distritais. A Frente está formada com PT, PDT, PSB, PCdoB, PV, PMN, PSN e PCB.

ESPÍRITO SANTO
O novo governador é José Ignácio, do PSDB, com 61,29% dos votos válidos. Paulo Hartung, também do PSDB, foi eleito senador, com 68,04% dos votos válidos. O PT elegeu um deputado federal e um estadual. A Frente de Oposição no Estado foi composta por PT, PSB, PCdoB, PMN, PTN e PSN.

GOIÁS
Marconi Perillo, do PSDB, é o governador eleito no segundo turno, com 53,28% dos votos válidos. Maguito Vilela, do PMDB, foi eleito senador, com 68,53% dos votos válidos. O PT elegeu um deputado federal e um estadual. A Frente contra o Neoliberalismo de Goiás foi composta por PT, PCdoB e PDT.

MATO GROSSO
Dante de Oliveira, do PSDB, foi eleito governador, com 53,95% dos votos válidos. Antero Paes de Barros, também do PSDB, é o novo senador, com 55,46% dos votos válidos. O PT elegeu dois deputados estaduais. A aliança da oposição foi formada por PT, PCdoB e PV.

MATO GROSSO DO SUL
José Santos (Zeca) do PT venceu o segundo turno, com 61,27% dos votos válidos. Juvêncio Fonseca, do PMDB, foi eleito senador, com 51,61% dos votos válidos. O PT elegeu dois deputados federais e um estadual. A aliança está formada entre PT, PDT, PSB, PCdoB e PPS.

MARANHÃO
Roseana Sarney, do PFL, foi reeleita governadora, com 66,01% dos votos válidos. O novo senador é João Alberto, do PMDB, com 59,16% dos votos válidos. O PT elegeu um deputado estadual. A aliança de oposição no Estado foi formada entre PT e PCB.

MINAS GERAIS
Itamar Franco, do PMDB, venceu o segundo turno com 57,62% dos votos válidos e é o novo governador eleito. José Alencar, do PMDB, foi eleito senador, com 48,79% dos votos válidos. O PT elegeu oito deputados federais e cinco estaduais. A Frente de Oposição foi formada por PT, PDT, PSB, PCdoB, PCB e PV.

PARÁ
Almir Gabriel, do PSDB, venceu o segundo turno, com 53,81% dos votos válidos. Luiz Otávio, do PPB, é o novo senador do Estado. O PT elegeu três deputados federais e quatro estaduais. O PT fez aliança com PSB, PCdoB e PCB.

PARANÁ
Jaime Lerner, do PFL, foi reeleito governador, com 52,21% dos votos válidos. Álvaro Dias, do PSDB, é o novo senador, com 65,13% dos votos válidos. O PT elegeu três deputados federais e quatro estaduais. A aliança da oposição no Estado foi formada por PT, PCdoB, PCB, PSN, PMDB, PV e PDT.

PARAÍBA
Foi reeleito governador José Maranhão, do PMDB, com 80,72% dos votos válidos. Também foi reeleito senador Ney Suassuna, do PMDB, com 41,64% dos votos válidos. O PT elegeu três deputados estaduais. A Frente de Oposição foi composta por PT, PDT, PV, PSB e PCdoB.

PERNAMBUCO
Jarbas Vasconcelos, do PMDB, foi eleito governador, com 64,14% dos votos válidos. José Jorge, do PFL, é o novo senador, com 57,77% dos votos válidos. O PT elegeu dois deputados federais e três estaduais. A aliança da oposição no Estado foi formada por PT, PSB, PDT, PCB e PCdoB.

PIAÚ
Mão Santa, do PMDB, venceu no segundo turno, com 50,96% dos votos válidos. Alberto Silva, do PMDB, foi eleito senador, com 33,26% dos votos válidos. O PT elegeu um deputado federal e um estadual. A aliança de oposição foi formada entre PT, PSB e PSDB.

RIO DE JANEIRO
Anthony Garotinho, do PDT e da Frente de Oposição, é o novo governador do Estado, eleito no segundo turno com 57,98% dos votos válidos. Saturnino Braga, do PSB, foi eleito senador, com 38,10% dos votos válidos. O PT elegeu quatro deputados federais e sete estaduais. A aliança da oposição está formada entre PT, PDT, PSB, PCdoB e PCB.

RIO GRANDE DO NORTE
Garibaldi Alves Filho, do PMDB, foi eleito governador, com 50,17% dos votos válidos. Fernando Bezerra, do PMDB, também foi reeleito senador, com 52,34% dos votos válidos. O PT elegeu um deputado estadual. Os aliados do PT no Estado foram PCdoB, PDT e PCB.

RIO GRANDE DO SUL
Olivio Dutra, do PT, venceu o segundo turno, com 50,78% dos votos válidos. Pedro Simon, do PMDB, foi reeleito senador, com 54,33% dos votos válidos. O PT elegeu oito deputados federais e 12 estaduais. A Frente de Oposição foi composta por PT, PDT, PSB, PCdoB e PCB.

RONDÔNIA
José Bianco, do PFL, foi eleito governador no segundo turno, com 53,60% dos votos válidos. Amir Lando, do PMDB, foi eleito senador, com 41,81% dos votos válidos. O PT elegeu dois deputados estaduais. A Frente de Oposição foi formada por PT, PCdoB e PV.

RORAIMA
O atual governador, Neudo Campos, do PPB, foi reeleito no segundo turno, com 54,21% dos votos válidos. O PT fez coligação com PCdoB e PV.

SANTA CATARINA
Esperidião Amin, do PPB, foi eleito governador, com 58,92% dos votos válidos. Jorge Bornhausen, do PFL, é o novo senador, com 47,79% dos votos válidos. O PT elegeu dois deputados federais e cinco estaduais. A aliança da oposição no Estado foi feita entre PT, PPS, PDT, PSB, PCB, PCdoB e PV.

SÃO PAULO
O atual governador, Mário Covas, do PSDB, foi reeleito no segundo turno, com 55,37% dos votos válidos. Eduardo Suplicy, do PT, foi reeleito senador, com 43,07% dos votos válidos. O PT elegeu 14 deputados federais e 14 estaduais. A aliança da oposição foi composta por PT, PCdoB, PPS e PCB.

SERGIPE
O atual governador, Albano Franco, do PSDB, foi reeleito no segundo turno, com 54,39% dos votos válidos. Foi eleita senadora Maria do Carmo, do PFL, com 51,54% dos votos. O PT elegeu um deputado federal e um estadual. A aliança da oposição foi feita entre PT, PSB, PDT, PCdoB e PCB.

TOCANTINS
Siqueira Campos, do PFL, foi reeleito governador, com 61,65% dos votos válidos. Eduardo Siqueira Campos, também do PFL, é o novo senador do Estado, com 74,70% dos votos válidos. O PT não fez aliança com outros partidos.

ELEIÇÕES

Manifesto da CUT sobre o processo eleitoral



Fotos: Roberto Parizotti

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente nacional da CUT

A CUT considera que as eleições de 1998 foram profundamente manipuladas para assegurar a manutenção no poder dos representantes dos interesses das elites nacionais e internacionais. Assistimos a uma ação articulada do poder econômico, mídia impressa e eletrônica, institutos de pesquisa e até mesmo da Justiça Eleitoral para reeleger o candidato-presidente e alguns governadores.

A rumorosa aprovação da emenda da reeleição, que permitiu as recandidaturas sem desincompatibilização, foi o primeiro passo para essa manipulação. O uso da máquina do Estado foi a regra. Para garantir a reeleição, FHC mentiu à população e so-

negou informações sobre a gravidade da situação econômica do país. O candidato-presidente utilizou eleitoralmente as prerrogativas de seu mandato.

A mídia exerceu papel decisivo no engodo à sociedade. A crise econômica era solenemente ignorada em jornais brasileiros. Alguns ignoraram até as eleições, muito embora nunca se furtassem a exibir à exaustão o candidato-presidente e suas declarações.

Os institutos de pesquisa participaram ativamente nesse processo. Os boletins de pesquisa eleitoral consistiram em manipulação grosseira de índices para favorecer os candidatos das elites. Em nível nacional, as pesquisas manipula-

das, associadas à forma como foram divulgadas pela mídia, tinham um só objetivo: induzir a reeleição de FHC. Os resultados da apuração demonstraram a manipulação.

Em nível estadual assistimos a alterações ainda mais grosseiras. Houve Estado em que o candidato comprometido com os trabalhadores era colocado em segundo lugar pelas pesquisas. Apurados os votos, ficou em primeiro.

Em outro Estado, o candidato opositor era apontado pelas pesquisas em terceiro lugar, com índices ridículos, mas foi para o segundo turno. Houve segundo turno em Estado onde as pesquisas diziam que o candidato governista venceria no primeiro turno.

Em outros Estados, os candidatos opositores tiveram mais do que o dobro de votos que indicavam as pesquisas. Em São Paulo houve um brutal esforço da mídia e dos institutos de pesquisa para garantir que fossem ao segundo turno apenas os candidatos comprometidos com o projeto neoliberal.

A Justiça Eleitoral, a quem caberia zelar pela lisura do processo, por meio de uma postura de isenção, teve sua imparcialidade rompida pelas declarações do presidente do TSE. Esse senhor primeiro defendeu a conveniência de um desfecho em primeiro turno e a reeleição de FHC.

Essas irregularidades para reeleger o candidato-presidente tiveram motivações claras. O modelo econômico adotado por este governo entrou em crise durante o processo eleitoral.

A situação insustentável a que fomos levados exige mudanças. Mas os compromissos de FHC com as elites determinam que as mudanças sejam feitas às custas dos trabalhadores. A iminência de medidas impopulares, que levou à manipulação para garantir a vitória em primeiro turno.

A CUT considera que a crise é responsabilidade deste governo. Afinal, foi ele quem optou pelo caminho da dependência externa; elevou os juros para atrair a especulação internacional; levou a dívida pública a valores inimagináveis; abriu o país indiscriminadamente às importações; destruiu o setor produtivo nacional; elevou o número de desempregados de 9,65 milhões em 1993 para 13,87 milhões em maio de 1998. Apesar dos componentes internacionais da crise, estamos certos de que o Brasil poderia estar bem menos vulnerável.

As medidas tomadas pelo governo aprofundam a dependência externa brasileira e reafirmam seu compromisso absoluto com o capital especulativo. O governo repete a fórmula do FMI, de promessas de arrocho fiscal e efetiva elevação dos juros.

A elevação dos juros tem efeitos perversos e imediatos sobre a atividade econômica, como o aumento do desemprego e da dívida pública, enquanto o arrocho fiscal significará cortes nos gastos sociais. Ainda mais perverso será o aumento de impostos, que, como sempre, recairá sobre os trabalhadores.

O governo se aproveitará da crise para tentar retirar mais direitos dos trabalhadores. Enquanto a maioria da população pagará pelos erros do governo, os empresários aumentarão a exploração e seus lucros. A CUT não aceitará a ampliação da exclusão, do desemprego e a retirada dos nossos direitos.

Organizaremos os trabalhadores e lutaremos com ânimo redobrado pela defesa de nossos direitos e por um novo modelo de desenvolvimento, que privilegie a produção nacional, a geração de emprego e renda e o fortalecimento do mercado interno, reverta a atual dependência, retome o crescimento e distribua a renda.

Executiva Nacional da CUT

Carta aberta à população do Distrito Federal

O segundo turno das eleições para o governo do Distrito Federal apresentou resultados que entristecem a todos os que compõem a Frente Brasília Popular.

Ao longo destes quatro anos todos nós trabalhamos para melhorar a qualidade de vida de nossa população. Trabalhamos para que cada cidadão ou cidadã de nossa capital pudesse se orgulhar de sua cidade. Pelos avanços conquistados na qualidade dos nossos serviços públicos, pela honestidade, pela participação popular, pela construção de uma consciência cidadã, pela conservação e limpeza de nossas cidades.

A marca deste governo não estará fixada por obras faraônicas, por interesses de empreiteiras, mas pelo Orçamento Participativo, pelos Conselhos Comunitários, pela Bolsa Escola, pela Bolsa Candanga, pela Gestão Democrática das Escolas, pela Humanização dos Hospitais e Centros de Saúde, pelo Saúde em Casa, pelas Agroindústrias, pelo Projeto Saber, pela Paz no Trânsito, pelas Temporadas Populares, pelo Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social, pelo BRB Trabalho, enfim, por tantos projetos que procuraram gerar consciência, respeito à cidadania, emprego e renda.

Nestes anos forjamos a resistência à avalanche destruidora do neoliberalismo. Saneamos, democratizamos e moralizamos as empresas públicas. Procuramos, dentro dos limites de uma difícil conjuntura econômica, prestigiar e valorizar nossos servidores.

A opção feita pela maioria dos votos válidos neste segundo turno ameaça a continuidade de todos estes projetos. Esta maioria preferiu acreditar em promessas que

não se realizarão, em mentiras e em preconceitos trabalhados com a desfaçatez de quem sabe muito bem ludibriar o nosso povo mais humilde.

O nosso compromisso com a democracia e a crença em nossos valores nos levam a consagrar um firme compromisso com todos aqueles que acreditaram em nosso projeto e votaram pela sua continuidade. Nos sentimos responsáveis perante os mais de 500 mil votos dados a Cristovam Buarque e Sigmaringa Seixas, e por isso mesmo manifestamos nossa inteira disposição em continuar a nossa luta em defesa de Brasília. Nos sentimos fortalecidos e respaldados pela quase metade da população que nos apoiou. No dia primeiro de janeiro de 1999, quando deixarmos o Buriti, não estaremos deixando Brasília e o nosso povo. Continuaremos juntos, todos aqueles que querem construir um mundo melhor. Todos aqueles que querem ver toda criança na escola e uma escola de qualidade, todos os que querem uma saúde pública de qualidade, todos os que querem preservar o nosso meio-ambiente, todos os que lutam para que todos tenham emprego e salários dignos, todos os que querem o fim da impunidade e da corrupção, enfim, todos os que querem um futuro de dignidade para os brasilienses e para os brasileiros.

Estaremos juntos nos sindicatos, nos movimentos populares, nos movimentos democráticos, nos nossos partidos reunidos na Frente Brasília Popular, na Câmara Legislativa, no Congresso Nacional. Estaremos juntos sempre que as circunstâncias nos convocarem a assumir nosso lugar na luta por Brasília, pelos interesses



Cristovam Buarque: "você pode contar conosco; o sonho não acabou"

dos trabalhadores e do povo, pela soberania de nosso país, pelos direitos humanos.

Ressaltamos o papel fundamental que tiveram nesta campanha a militância dos nossos partidos, as nossas lideranças políticas eleitas e não-eleitas e toda a torcida que acabou entrando, junto conosco, em campo na busca de nossa vitória.

Sabemos que o nosso trabalho e o nosso papel não se esgotam nestas eleições. Já agora somos chamados a nos posicionar quanto às drásticas medidas que estão sendo tomadas pelo governo federal, que, em nome do chamado "ajuste", não hesita em assaltar os nossos bolsos e a penalizar ainda mais os servidores públicos. Nos-

partidos serão os primeiros a ocupar a trincheira da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Saiba todo o povo do Distrito Federal que, a partir de janeiro de 99, não iremos nos dispersar. Construiremos, com cada brasiliense, um forte movimento para que Brasília não retroceda, mas prossiga avançando na sua consciência e na sua luta por melhores dias para todos os seus filhos.

Contamos com você e você pode contar conosco. O sonho não acabou!

Assinam: Cristovam Buarque, Sigmaringa Seixas, Arlete Sampaio e os partidos da Frente Brasília Popular (PT, PSB, PCdoB, PDT, PCB, PMN, PSN e PV)

NOTAS

Desejo de mudança no Acre

O deputado mais votado de toda a história do Acre é o petista Marcos Afonso. Com 36 anos, professor e jornalista, ele recebeu 21.556 votos. Foi o sétimo parlamentar mais votado proporcionalmente em todo o país.

Marcos Afonso explica a votação. "Há um desejo muito grande de mudança no povo do Acre", afirma.

De fato, ele não foi o único petista vitorioso na última eleição. Também foram eleitos pelo Acre Nilson Mourão para a Câmara dos Deputados, Jorge Viana para o governo do Estado e Tião Viana para o Senado.

E dos 24 deputados estaduais eleitos, 12 são da Frente Popular, da qual o PT faz parte.

"Temos um povo que é

rebelde e, historicamente, uma trajetória de luta", diz. "Os seringueiros e seringueiros pegaram em armas para que este pedaço de terra fosse brasileiro", relata, referindo-se ao movimento que garantiu ao Brasil a posse das terras compreendidas pelo Acre; a região pertencia à Bolívia.

"Em 62 houve um movimento para o Acre se tornar Estado", continua. A partir de 1978 os acreanos se uniram "contra a ditadura" e, nesse mesmo ano, houve no Estado a primeira grande greve geral de professores.

"Há no Acre um movimento social e político que optou pelo avanço, para construir o futuro no presente."

Recontagem na Paraíba

O desembargador Antonio Elias de Queiroga, do TRE da Paraíba, considerou muito grave a situação registrada no município de Guarabira, onde foi feita uma conferência de votos e praticamente constatada fraude eleitoral. A recontagem de votos na cidade poderá acontecer nos próximos dias e foi solicitada pelo PT, por meio do candidato a deputado federal Avenzoar Arruda, que desconfiou da média de votos brancos e nulos

registrada durante a apuração. Com a conferência, foi constatado que vários votos brancos e nulos foram repassados para outro candidato. Foi comprovado que em dez umas houve irregularidades durante a contagem dos votos e que a diferença entre os dois candidatos caiu de 109 para apenas 30 votos, o que gerou ainda mais desconfiança no Partido, que acredita poder atingir votação suficiente para eleger Avenzoar.

Sindicalista assume

Geraldo Cândido da Silva, diretor do Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro, será o novo representante do PT no Senado. Geraldo é o suplente da senadora Benedita da Silva, que se tornou vice-governadora do Estado, com a vitória de Anthony Garotinho. O substituto de Benedita nasceu em Porto Velho (RN) e foi para o Rio aos

15 anos de idade. Após terminar o segundo grau, entrou no curso de mecânica do Senai. Começou a trabalhar numa metalúrgica e logo participou das primeiras reuniões do sindicato da categoria. Passou por outras fábricas até ser contratado pelo Metrô, onde ficou por 18 anos e ajudou a fundar o sindicato

Senado fica mais petista

Com as vitórias de Tião Vianna (AC), Heloísa Helena (AL) e a reeleição de Eduardo Suplicy (SP), o Partido dos Trabalhadores aumentou sua representação de cinco para sete senadores. A coligação União do

Povo-Muda Brasil garantiu mais uma vaga com Saturnino Braga (RJ), do PSB. O destaque foi a votação do senador Eduardo Suplicy; o campeão no país, com mais de 6,5 milhões de votos.

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não